ISSN: 2358-8829

O NOSSO CORPO NÃO TEM LUGAR": O SILÊNCIO E AS DORES PSÍQUICAS DOS CORPOS DISSIDENTES NO ESPAÇO ESCOLAR

Maria Eduarda Araújo Pereira[1]

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição social que ocupa um lugar central na vida do indivíduo. É o primeiro espaço onde ele socializa, produz conhecimento, descobre o mundo, inclusive, muitas das vezes, compreende quem ele é no mundo. No entanto, para além da sua ação formativa, a instituição escolar também atua como um dispositivo que regula e adestra corpos e identidades, reproduzindo valores sociais da ordem vigente, considerando esses corpos sob a lógica hegemônica heteronormativa, ou seja, os corpos que são legítimos socialmente. Em uma lógica contrária, como diz (BUTLER,2019) "são corpos abjetos". Nesse sentido, os estudos na área na educação e nas Ciências Sociais contribuem para a desconstrução do cenário cisheteronomativo, evidenciando que as normas de gênero e sexualidade são constantemente reiteradas no cotidiano da escola e, que a inclusão e a exclusão atravessam a vida dos/as estudantes (FOUCAULT 1988, LOURO 2004, BUTLER 2003). Butler (2019) destaca compreender que os corpos que transgridem as normas de gênero e sexualidade, chamados de corpos dissidentes não são reconhecidos socialmente considerados como abjetos(como dito acima) dentro da ordem heteronormativa.

Além disso, os corpos que escapam dessa lógica são frequentemente considerados invisibilizados conforme discute Butler (2019), ou tratados como corpos "estranhos" na perspectiva de (LOURO 2004). Nesse contexto, estes são dissidentes compreendidos como aqueles que se afastam e transgridem a lógica hegemônica de gênero e sexualidade são encontrados em um cenário de exclusão, invisibilidade e violência no espaço escolar. A autora Moita Lopes (2008) endossa que a escola corrobora para a reprodução e organização das identidades sociais de forma sexual e

[1] Graduanda em Pedagogia- Universidade Federal da Paraíba. pereiramariaeduardaaraujo@gmail.com

ISSN: 2358-8829

racializada. Isso contribui para o que Bourdieu(2002) chama de violência simbólica, ou seja, uma forma de dominação que acontece de maneira invisível e naturalizada, através de princípios morais,valores, regras sociais, práticas culturais que impõem a visão de mundo dos grupos dominantes como se fosse universal e superior.

A violência simbólica atua nas identidades sociais quando a sociedade impõe a heterossexualidade como o modelo natural a ser seguido, fazendo com que outras formas de identidades sejam vistas como desviantes e invisíveis. Nesse contexto, os modos de violência podem ser muitos para além do simbólico, a exemplo de: físicos, emocionais, patrimoniais e até mesmo reproduzidos no silêncio que advém da própria instituição, da ausência da escuta desses sujeitos e da dificuldade do reconhecimento das identidades plurais existentes no contexto educacional. Como argumenta Berenice Bento (2017), os corpos dissidentes são colocados em uma zona de abjeção na qual as suas experiências são negadas e apagadas. Desse modo, a escola silencia, reproduz um modelo excludente que produz um apagamento desses corpos, em todos os campos de conhecimento e que são legitimados pelo espaço escolar. Torna-se evidente também que o apagamento extrapola os muros da escola.

À luz desse aporte teórico, este artigo também conecta com a perspectiva do da dor,quando relacionada ao silenciamento desses sujeitos individualizados (as) e/ou coletivos e endossado pelos autores, como Campos e Pereira (2019) e Pereira, Pereira e Pocahy (2022), Jesus (2012), Lanz (2014,2017) e Richard Miskolci (2012) no qual é evidenciado como a dor psíquica atravessa estes corpos, produzindo silenciamento do sujeito, mas também produzido pela própria instituição escolar.

A partir do que foi dito anteriormente, o presente artigo tem como objetivo compreender de que maneira os corpos dissidentes transexuais são silenciados e invisibilizados no contexto escolar, e como a instituição contribui para a produção e reprodução das experiências de dor em cada sujeito. Para desenvolver essa discussão, o artigo dialoga com alguns/mas teóricos/as que pesquisam gênero e sexualidade e que problematizam a regulação dos corpos, o silenciamento e os mecanismos de poder que atravessam os muros da escola. Desse modo, a discussão aqui produzida mobiliza autores/as como: Foucault (1998) que discute o conceito de biopoder e da sexualidade; de Judith Butler (2003) sobre o gênero enquanto performance, de Guacira Lopes Louro (2004) que relaciona as discussões nessa temática com a educação.A diversidade sexual é compreendida como uma construção social e histórica que tem sido amplamente

debatida no campo das ciências humanas a partir de diferentes perspectivas teóricas que problematizam as normas que regulam corpos, desejos e identidades. Nesse sentido, a sigla LGBTQIAPN+ surge como uma forma de nomear, visibilizar e politizar experiências historicamente marginalizadas, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não binárias.Para esta discussão serão trazidos autores como: Bento (2006, 2011,2014), no que diz respeito à identidade transexuais, Louro (2004, 2014,2016, 2016) , relacionando esta realidade social com o aporte teórico sobre as dores psíquicas discutida por: Misklolci (2016), Jesus (2014), etc.

A metodologia utilizada parte, inicialmente, de discussões epistemológicas que compreendem os estudos de gênero e sexualidade. Como instrumento de coleta de dados, foram trazidas trajetórias experienciadas e construídas a partir de entrevistas. Os sujeitos da pesquisa são pessoas trans, ou seja, aqueles que não se reconhecem com o seu gênero e identidade biológica: Tyler: um homem trans e Luna uma mulher trans, ambas como orientação sexual, pansexual[3] . Nesse sentido, a investigação se insere em contextos marcados pelo apagamento simbólico e pela violência estrutural que incide sobre corpos dissidentes.Além disso, busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre gênero e sexualidade, fomentando reflexões que possam colaborar para a desconstrução de preconceitos e para a promoção de práticas educativas mais inclusivas e comprometidas como reconhecimento da diversidade. Trata-se de abordagem qualitativa e caracteriza-se como pesquisa exploratória de modo a contribuir para ampliar as discussões científicas acerca dos estudos acima referendados no cenário escolar e em contextos atravessados pelo silenciamento e pela falta de reconhecimento social que excluem os corpos dissidentes.

Além disso, fomentar reflexões que possam corroborar para desconstruir o preconceito, a exclusão e o silenciamento destes corpos e promover espaços educacionais inclusivos. De acordo com os resultados obtidos, A partir das reflexões desenvolvidas ao longo desse estudo, evidencia-se que o espaço escolar, embora socialmente idealizado como um ambiente de acolhimento, formação e pluralidade, ainda se configura, em muitos contextos, como um território marcado por práticas de controle, normatização e silenciamento dos corpos dissidentes, especialmente os sujeitos transexuais. As análises realizadas, articuladas aos referenciais teóricos e aos relatos dos participantes, demonstram que a escola atua, frequentemente, como

ISSN: 2358-8829

reprodutora de normas cisheteronormativas, legitimando determinadas identidades em detrimento de outras,consideradas desviantes ou abjetas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter exploratório ancorada nos estudos de gênero e sexualidade fundamentada no método da história oral. Parte-se do objetivo de adentrar nas narrativas dos interlocutores dissidentes para compreender e analisar as suas trajetórias pessoais no que diz respeito ao seu gênero e a sua sexualidade no ambiente escolar, resgatando memórias perdidas e ressignificadas nesse espaço. Inicialmente, partiu-se do pressuposto de que os corpos dissidentes, sobretudo, os trans, são produzidos pelas relações de poder e das regras sociais estabelecidas, visto que refletem dor,silenciamento, exclusão e violência simbólica no espaço escolar. Nesse contexto, os sujeitos escolhidos para a pesquisa foram um homem trans e uma mulher trans que se consideram pansexuais. Para a coleta de dados foi utilizado as entrevistas narrativas, possibilitando o acesso às experiências de vida e aos sentidos atribuídos por esses sujeitos às suas vivências no espaço escolar.

A análise busca orientar por uma perspectiva crítica, buscando não apenas em relatar as experiências, mas problematizar as estruturas sociais e institucionais que operam nestes corpos docilizando-os e sustentando a marginalização desses dissidentes, contribuindo para o aprofundamento das discussões acadêmicas no campo da educação e na construção de práticas educacionais mais inclusivas valorizando a diversidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão das relações de gênero e sexualidade, corpos dissidentes e sofrimento psíquico ganha ênfase nas áreas das Ciências Humanas e na Educação. A compreensão dessas questões exige partir do princípio de que determinadas dimensões que são construídas pelo sentido biológico, não são naturais ou essencialmente dadas, contudo são constructos históricos e socioculturais que servem para regular a sociedade. Nessa perspectiva, as normas de gênero e sexualidade atuam como instrumentos de poder que delimitam quais corpos devem ter reconhecimento social, legitimidade e quais são os que devem ser invisibilizados colocando-os à margem. O termo gênero “ (...) é uma estrutura de dominação simbólica materializada na organização social e nos corpos, resultantes de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais

ISSN: 2358-8829

percebidas" (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009), uma vez que é esperado que os homens e mulheres ajam conforme o seu sexo biológico, o que chamamos de sistema binarismo de gênero. Enquanto que a expressão de gênero definida por Jacqueline Gomes de Jesus (2012, p.24), é a forma como a pessoa apresenta o seu gênero socialmente, seja por roupas, adereços, atitudes, comportamentos, entre outras, uma vez que a identidade de gênero é equivalente ao gênero que nos reconhecemos enquanto sujeito, e que nos representa, sendo ele o mesmo ou distinto da condição de gênero atribuído no nascimento.

Além disso, conforme Anne Damásio (2011, p. 213) é através do corpo considerado não fixo e mutável, é onde o sexo, gênero e sexualidade se encontram materializados, onde existem múltiplas formas de existências, apesar de algumas ainda serem invisíveis e negadassocialmente ainda mais quando fogem do padrão binário de sexualidade. Nos estudos de gênero, especialmente em autores como Judith Butler (2003) e Guacira Lopes Louro (2004) esse sistema é compreendido como uma construção social e normativa, e não como algo natural, biológico. Ele funciona como um mecanismo de regulação dos corpos e identidades que exclui e torna "invisíveis" todos os corpos que não se encaixam nessa lógica, como pessoas não binárias, trans e outras identidades dissidentes e definem os modos de ser e existir dos corpos e identidades (LOURO, 1997).

No entanto, cada indivíduo pensa e age de formas distintas, e pode se reconhecer como não pertencente a sua identidade biológica. Nesse contexto, os indivíduos que não se encaixam nos padrões pré-estabelecidos socialmente da hegemonia são alvos de críticas, violências físicas e simbólicas que atravessam a dor e o silêncio dessas subjetividades, uma vez que pode afetar as suas vivências de certa forma, tendo em vista que estes corpos que transgridem a lógica padrão vigente estão expostas a exclusão social. A exclusão perpassa a vida dos corpos dissidentes, seja nas instituições escolares, família e até no próprio meio social no qual vive.Isso porque " o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso" (Foucault, 1989, p.127).

Conforme Guacira Lopes Louro (2003) os corpos são plurais e mutantes, visto que eles são construídos e reproduzidos nas relações sociais, e a disciplina controla os corpos, e os tornam "dóceis" para serem "úteis", uma vez que conforme Foucault (1987) pontuou um corpo dócil é mais fácil de ser dominado e subjugado. A disciplina é

ISSN: 2358-8829

um mecanismo para manter a ordem social vigente como legítima e estes corpos submissos ao sistema hegemônico. Entre os corpos dissidentes, estão os transexuais, aqueles que não se sentem pertencentes e reconhecidos a sua identidade de gênero que foi lhe imposto no seu nascimento. Desse modo, as subjetividades trans estão em oposição aos corpos cisgêneros correspondente às pessoas que se sentem reconhecidas na estrutura binária de gênero (LANZ, 2017).

Segundo Joan Wallach Scott (1995) o gênero é um mecanismo fundamental que proporciona sentido às relações de poder. É na escola onde o controle e as regras padronizam as identidades e comportamento dos estudantes, mantendo-os sob a vigilância das normas hegemônicas, que por sua vez, perpetua estereótipos de gêneros no sistema binário, uma vez que Foucault (1987) colocou a instituição enquanto uma sanção normalizadora. Santos (2015) destaca que a escola, por vezes, age como uma "fábrica de corpos", que torna os corpos dóceis e que os discursos sobre gênero e sexualidade são regidos por atitudes e formas de limitar a existência.

Quando os corpos fogem da "normalidade", ou seja, transgridem o que foi imposto por esse sistema, não se encaixam nessas regras acabam sendo considerados abjetos, ou seja, colocados à margem da sociedade (BUTLER 1993), tratados como corpos estranhos, desviantes. O gênero é uma construção imbricada de performance cujas consequências são punitivas, caso fuja da estrutura heteronormativa, os/as estudantes trans estão submetidos ás punições como não usar o banheiro conforme a sua identidade de gênero, não ser chamadospelo seu nome social, não ter sua voz e existência legítima na escola. Isto pode refletir na exclusão social, dores emocionais, evasão escolar, ansiedade, medo, silenciamento, invisibilidade destes (as) estudantes. Entre as distintas maneiras de existir e a norma universal cunhada na ideologia hegemônica na era moderna, do não reconhecimento do Outro pelo sujeito de saber se relacionam com (BUTLER 2003). Essas conexões materializam-se na negação de direitos e na exclusão, gerando violência, ao que Fanon denomina, por exemplo, de colonização do Eu. Esse biopoder, um poder sobre o controle da vida, por meio de tecnologias e aparatos de dominação, busca defender-se do diferente que ameaça a norma, para a continuidade de seu controle sobre os corpos e das relações sociais estabelecidas (FOUCAULT 1999).

À luz de Berenice Bento (2006) o transexual atravessa a sua aparência visual ou de aceitação biológica em relação ao seu órgão genital, e tentam romper o silenciamento e exclusão dos seus corpos a partir do reconhecimento legítimo de como eles se

enxergam perante a sociedade. O silêncio e as dores atravessam os muros do ambiente escolar. Desde a infância, tais práticas contribuem para a formação da subjetividade, levando os indivíduos a evitarem comportamentos considerados desviantes, muitas vezes por medo da rejeição social, visto que se elas não puderem ser elas mesmas em um espaço educativo, ela não pode existir.

Butler (2019) destaca que os corpos trans podem ressignificar a abjeção em resistência e empoderamento. No que diz respeito aos estudantes trans, a transfobia escolar precisa urgir nos debates no campo da educação. Deve-se primeiro começar por ele, uma vez que é o primeiro espaço no qual a criança inicia a socialização e as descobertas da sua identidade de gênero e sexualidade conforme vai crescendo. Neste espaço é necessário o fomento da discussão da diversidade sexual e de gênero, ensinar o respeito e a aceitação das identidades de gênero divergentes.

As crianças e adolescentes transgêneros sofrem com a transfobia praticada pelos outros alunos no cotidiano escolar,principalmente as meninas transgêneras, dado que, no diz respeito a superioridade de gênero, prevalece o masculino que goza de privilégios negados ao gênero feminino, reverberando formas sutis de discriminação e o preconceito (LOURO 2000). Além disso, a autora ainda elucida que o corpo *queer* [4] é um corpo estranho, que incomoda e gera desconfortos, por isso professores/as e gestores/as não sabem lidar com tais diferenças, contribuindo para o silenciamento dessas existências, o sofrimento psíquico e falta do reconhecimento social (Bento 2006). Estes corpos abjetos expressos nos estudos de Pereira, Pereira e Pocahy (2022) enfatiza que a transfobia e a homofobia tendem a estar presente nos discursos de ódio, independentemente da identidade da vítima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados foram organizados em duas dimensões analíticas: a normatividade dos corpos transexuais e o silêncio institucional no espaço escolar; e o sofrimento psíquico decorrente da violência, da exclusão e da falta de reconhecimento social. Os relatos de Luna e Tyler evidenciam como a escola pode reproduzir padrões cisgêneros e heteronormativos que marginalizam sujeitos cujas identidades e expressões de gênero não correspondem às normas socialmente estabelecidas. Luna relatou ter sofrido bullying recorrente durante sua trajetória escolar, mesmo após buscar ajuda de psicólogos, pedagogos e da direção, sem obter respostas efetivas da instituição. Tyler, por sua vez, destacou o silenciamento das discussões sobre sexualidade e as

discriminações sofridas em razão de sua aparência e expressão de gênero. Embora alguns professores promovessem debates sobre diversidade, contribuindo para o acolhimento dos estudantes, essas iniciativas não eliminavam as práticas discriminatórias presentes no ambiente escolar.

Essas experiências demonstram que a violência contra estudantes transexuais não se manifesta apenas por meio de agressões explícitas, mas também pela omissão institucional e pela ausência de mecanismos efetivos de proteção. Nesse sentido, Butler (1993) contribui para compreender como determinados corpos são socialmente deslegitimados, enquanto Bento (2011) evidencia as relações entre transfobia, falta de reconhecimento e sofrimento psíquico. Foucault (1987) permite compreender a escola como espaço de disciplinamento e controle dos corpos, e Louro (2004) destaca a reprodução das normas de gênero e sexualidade nas instituições educacionais. No relato de Tyler, a tentativa de adequar sua aparência aos padrões sociais, utilizando roupas femininas para obter aceitação, provocou sofrimento e distanciamento de sua subjetividade, culminando em um quadro depressivo. Conforme discutem Lanz (2014) e Bento (2006), a imposição de padrões normativos e a ausência de reconhecimento social podem produzir exclusão, violência simbólica e sofrimento emocional. Nesse contexto, o silêncio assumido por Tyler também representava uma estratégia de proteção diante das agressões vivenciadas.

Luna também relatou sentimentos de invisibilidade e dificuldades de convivência social, destacando que as violências sofridas desde a infância produziram consequências emocionais persistentes, cuja superação ainda exige cuidado e tratamento. Sua experiência evidencia que a transfobia possui uma dimensão estrutural, manifestando-se tanto nas atitudes discriminatórias quanto na naturalização da violência e na ausência de intervenção institucional:

> “ A dor psíquica das pessoas trans são várias né? Vários tipos de dor e muitas vezes ocasionando o suicídio, exclusão social por conta própria por questão de se abster de
> várias pedes que são intrínsecas na sociedade, por causa que ela é baseada em um
> modelo cisgênero, né? Então, assim, os nossos corpos eles não têem o local. Então
> essa dor é expressada apenas pelo fato da existência, então fica muito difícil. Desde o
> início da sua vivência que o sexo é imposto a você e que você não tem o direito de
> mudar, né? Se descobrir e de ter uma dignidade ao se descobrir, porque as pessoas

> logo que se descobrem são chutadas" (LUNA. Entrevista concedida a Maria Eduarda Araújo Pereira ,2026)

Assim, os relatos de Luna e Tyler demonstram que a normatividade de gênero, o silenciamento e a falta de reconhecimento comprometem o bem-estar e a permanência de estudantes transexuais no espaço escolar. Ao mesmo tempo, suas experiências revelam estratégias de enfrentamento, como a busca por apoio, a resistência às agressões e o silêncio como mecanismo de proteção. Portanto, torna-se fundamental que a escola desenvolva práticas pedagógicas inclusivas, promova discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade e estabeleça mecanismos efetivos de prevenção e enfrentamento à transfobia, garantindo não apenas o acesso à educação, mas também o respeito, o acolhimento e a legitimidade das subjetividades transexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo desse estudo, evidencia-se que o espaço escolar, embora socialmente idealizado como um ambiente de acolhimento, formação e pluralidade, ainda se configura, em muitos contextos, como um território marcado por práticas de controle, normatização e silenciamento dos corpos dissidentes, especialmente os sujeitos transexuais. As análises realizadas, articuladas aos referenciais teóricos e aos relatos dos participantes, demonstram que a escola atua, frequentemente, como reprodutora de normas cisheteronormativas, legitimando determinadas identidades em detrimento de outras, consideradas desviantes ou abjetas.

Nesse cenário, o silenciamento institucional surge como uma das principais formas de violência, manifestando-se tanto na ausência de escuta quanto na invisibilização das experiências desses sujeitos. Tal processo contribui significativamente para a produção de sofrimento psíquico, uma vez que a negação do reconhecimento social impacta diretamente na construção da subjetividade, na autoestima e no sentimento de pertencimento dos estudantes dissidentes. As narrativas apresentadas evidenciam que a dor vivenciada por esses sujeitos não se limita ao âmbito individual, mas está profundamente enraizada em estruturas sociais e institucionais que reforçam desigualdades e exclusões.

Além disso, observa-se que as práticas de violência no ambiente escolar não se restringem às formas explícitas, como o bullying e a discriminação verbal, mas também

ISSN: 2358-8829

se manifestam de maneira simbólica e estrutural, por meio de normas, discursos e práticas que regulam os corpos e impõem padrões de gênero e sexualidade. Tais mecanismos, muitas vezes naturalizados, dificultam o reconhecimento da diversidade e contribuem para a manutenção de um ambiente excludente e pouco acolhedor.

Por outro lado, é importante destacar que, mesmo diante desse contexto adverso, os corpos dissidentes não se constituem apenas como sujeitos passivos da opressão, mas também como agentes de resistência. As estratégias de re-existência evidenciadas ao longo da pesquisa revelam a capacidade desses sujeitos de ressignificar suas experiências, afirmando suas identidades e reivindicando espaços de reconhecimento e legitimidade no ambiente escolar. Essa dimensão da resistência aponta para a possibilidade de transformação das práticas educativas e das relações estabelecidas no interior da escola.

Diante disso, torna-se imprescindível que a instituição escolar assuma um papel ativo na promoção de uma educação inclusiva, crítica e comprometida com a valorização da diversidade. Isso implica não apenas na inserção de debates sobre gênero e sexualidade no currículo, mas também na construção de práticas pedagógicas que garantam o respeito, a escuta e a valorização das múltiplas identidades. Ademais, faz-se necessária a formação continuada de professores e gestores, bem como a implementação de políticas públicas que assegurem os direitos dos estudantes dissidentes e combatam todas as formas de violência e discriminação no ambiente escolar.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões no campo da educação, ampliando o olhar sobre as experiências dos corpos dissidentes e evidenciando a urgência de transformação das práticas escolares. A construção de uma escola verdadeiramente plural e democrática depende do reconhecimento das diferenças como parte constitutiva da sociedade, garantindo que todos os sujeitos tenham o direito de existir, de se expressar e de ocupar os espaços educativos com dignidade, respeito e liberdade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do sexo. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de;JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Gênero e diversidade sexual*. João Pessoa: EFPB, 2009.

DAMÁSIO, A**. Botando corpo e (re)fazendo gêneros**. 2011. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel**. História da sexualidade II:** o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

JESUS, Jaqueline Gomes de. ***Orientações sobre identidade de gênero:*** **conceitos e termos**.Brasília: Autor(a), 2014

LANZ, Letícia. ***O corpo da roupa*****:** a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia),Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer:** uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer***:* um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2012.

PEREIRA, Anamaria; PEREIRA, Camila; POCAHY, Fernando. **Trânsitos Dissidentes em Tempos de Ódio.** Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p. 120–146, 2022.

ISSN: 2358-8829